

COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
(CAP/UFU)

**A PATOLOGIZAÇÃO DAS MULHERES JOVENS: UMA PROBLEMATIZAÇÃO
DOS DISCURSOS NAS REDES SOCIAIS**

Alunas: Ana Clara Soares Gomes da Cunha
Elisa Soane Lomônaco
Maria Luisa Guarato Pinho
Orientadora: Professora Ketlin Kroetz

Desenvolvimento do projeto: 13/05/2025 – em andamento

Rua Adutora São Pedro, nº 40. Nossa Senhora Aparecida – Uberlândia – MG.

SUMÁRIO

1 PROBLEMATIZANDO O TEMA	3
2 DO LIKE AO LAUDO: ENTRE REDES SOCIAIS E PATOLOGIZAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE	7
2.1 NEOLIBERALISMO, PATOLOGIZAÇÃO E SOFRIMENTO PSÍQUICO: UMA CRÍTICA CONTEMPORÂNEA	7
2.2 REDES SOCIAIS NA JUVENTUDE: O QUE PODEMOS FALAR SOBRE ISSO?	8
2.3 DO NORMAL AO ANORMAL: PATOLOGIZAÇÃO DOS COMPORTAMENTOS DAS JUVENTUDES FEMININAS NAS REDES SOCIAIS.....	10
3 DOS CAMINHOS DA PESQUISA.....	12
4 DOS ACHADOS DA PESQUISA	16
4.1 O AUTODIAGNÓSTICO	16
4.2 A BANALIZAÇÃO DOS DIAGNÓSTICOS	19
5 CRONOGRAMA	24
6 RESULTADOS ESPERADOS E PRÓXIMOS PASSOS.....	25
REFERÊNCIAS.....	27

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo principal problematizar os discursos sobre a patologização das mulheres nas redes sociais. Consideramos que a tendência em patologizar comportamentos revela uma dificuldade coletiva de lidar com a complexidade do mundo digital, uma vez que as redes sociais potencializam sentimentos como vaidade, insegurança, desejo de conexão e expressão, mas nem sempre isso implica uma doença. É importante diferenciar, portanto, sofrimento psíquico de variações normais da experiência humana em tempos neoliberais. A pesquisa é qualitativa com natureza predominantemente exploratória, e se utiliza da etnografia digital como prática metodológica para compreender, por meio de interações sociais e engajamento coletivo em redes sociais, a produção de discursos sobre patologização de mulheres jovens na atualidade. Os dados foram coletados nas redes sociais *Instagram*, *Tik Tok* e *X "Twitter"* durante os meses de agosto e setembro. Os registros foram "printados" e organizados em nosso diário de campo, preservando a identidade do público que está sendo observado e transformando um volume complexo e heterogêneo de dados (posts, imagens, vídeos, comentários, curtidas) em categorias interpretativas capazes de responder ao problema de pesquisa. Ao realizar a análise, foram encontradas quatro categorias analíticas, a saber, o autodiagnóstico, a banalização do diagnóstico, a padronização do corpo e o sexismo e controle social. Os dois primeiros serão abordados, nesse estudo, de modo incipiente, uma vez que o trabalho se encontra em andamento. Um dos resultados esperados consiste em desnaturalizar o discurso médico-psicológico que rotula como "doentes" certos comportamentos que fazem parte das formas de expressão e construção de identidade das mulheres jovens na contemporaneidade. Ao problematizar como o sofrimento psíquico é tratado nas redes sociais, o projeto pode contribuir para uma discussão mais ética e crítica sobre saúde mental, gênero e juventude feminina.

Palavras-chave: Patologização; redes sociais; mulheres jovens.

1 PROBLEMATIZANDO O TEMA

Em *Mal-estar, Sofrimento e Sintoma*, livro lançado por Christian Dunker, Maria Rita Kehl e Jurandir Freire Costa (2015), os autores fazem uma crítica sobre o modo como a sociedade, na contemporaneidade, transforma todo o tipo de sofrimento psíquico em diagnóstico médico. Isso ocorre de modo mais acentuado quando analisamos as redes sociais, uma vez que estas acabam por amplificar padrões de comportamento, de produção de corpos e de ideal estético, contribuindo para o sofrimento do público feminino jovem.

A literatura indica que a atual geração de jovens frequentemente se sente impotente perante as grandes estruturas digitais (Creswick et al., 2019). No contexto brasileiro, uma pesquisa conduzida com jovens entre 11 e 17 anos revelou que um quarto já “[...] tentou passar menos tempo na internet, mas não conseguiu” e 16 % já “deixou de comer ou dormir por causa da internet” (CETIC, 2022). Conforme o *Panorama da Saúde Mental* (2024), em pesquisa realizada pelo Instituto Cactus, em parceria com a Atlas-Intel, um estudo abrangente que analisa os fatores que influenciam o bem-estar psicológico da população brasileira mostra que os efeitos das redes sociais na forma de vida de jovens mulheres, que normalmente recaem em diagnósticos médicos.

Compreendemos, nesse estudo, que o sofrimento psíquico não é, necessariamente, uma patologia (Safatle; Dunker, 2020). Embora ele possa ser intenso e doloroso, nem sempre este se enquadra em uma doença ou transtorno, pois é um dos efeitos da vida contemporânea, caracterizada pelo neoliberalismo. O sofrimento psíquico é uma experiência humana, não uma patologia a ser tratada. As interações entre os sujeitos, bem como os discursos que permeiam o campo das redes sociais, tendem a medicalizar aspectos da vida cotidiana. Isso acontece quando ações comuns são vistas como sintomas, distúrbios mentais ou traços de personalidade vistos como problemáticos sem o devido acompanhamento clínico ou diagnóstico adequado. Desse modo, a tendência de patologizar comportamentos nas redes sociais revela, principalmente no Tik Tok, no Instagram e no Twitter, uma dificuldade coletiva de lidar com a complexidade do mundo digital, uma vez que as redes sociais potencializam traços humanos universais como vaidade, insegurança, desejo de

conexão e expressão, mas nem sempre isso implica em doença (Dunker; Kehl; Costa, 2015). O sofrimento psíquico que acabamos naturalizando nas redes sociais e na vida contemporânea, no entanto, não pode ser compreendido apenas como uma questão de saúde individual. Ele é, em grande parte, um efeito da lógica neoliberal, que cobra demais, entrega pouco e ainda responsabiliza o sujeito pelo colapso (Han, 2022). Patologizar esse sofrimento sem olhar suas raízes, é perpetuar o ciclo. Assim, é importante diferenciar, portanto, sofrimento clínico de variações normais da experiência humana em contextos tecnológicos novos e na atual sociedade neoliberal, que nos cobra tanto.

Nossa hipótese é a de que se cria, assim, um fio condutor patológico nos discursos que permeiam as redes sociais para justificar o que é considerado inadequação de comportamento no público feminino. Cria-se a ideia de um sujeito mulher considerada normal (Foucault, 2001), e as que fogem da norma, isto é, são consideradas anormais e/ou fora 'do padrão aceitável', são patologizadas. Ou tem TDAH, ou tem algum distúrbio, ou são medicalizadas e/ou não têm o corpo perfeito. Inúmeras intervenções médicas são colocadas em ação, tanto médicas quanto biológicas, que pretendem submeter o corpo destas jovens a uma normalidade possível.

Como Organização de Desenvolvimento Sustentável (ODS, 2025), escolhemos a linha de gênero, que consiste em auxiliar no tratamento estereotipado das temáticas relativas à mulher jovens nos meios de comunicação, o que promove discriminação sobre seus corpos. Visamos, nesse sentido, atender a ODS 5.1, a saber, acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte. Entendemos a patologização das mulheres nas redes sociais como forma de ataque aos seus corpos, uma vez que os discursos que permeiam neste meio acabam por reforçar padrões de comportamento ligados ao bem-estar, à positividade tóxica e outras questões. Desse modo, pensamos que a ODS em questão é a que mais se enquadra na presente pesquisa.

A partir dessa temática, temos como objetivo principal problematizar os discursos sobre a patologização das mulheres nas redes sociais. Para alcançar esse objetivo, alguns objetivos específicos se fizeram necessários, como:

- Ampliar o debate acadêmico sobre a patologização dos comportamentos femininos, especialmente no contexto das redes sociais e da juventude;

- Identificar práticas de resistência nas redes sociais, que visam desconstruir narrativas patologizantes;
- Promover ações de extensão em escolas da região de Uberlândia, direcionadas a mulheres jovens, utilizando com foco no cuidado de si como prática ético-política, visando construir uma relação mais consciente com o autocuidado e a saúde mental.

Para alcançar esse objetivo, estruturamos o referencial teórico em três principais tópicos. O primeiro tópico, denominado *Neoliberalismo, patologização e sofrimento psíquico: uma crítica contemporânea*, faz uma crítica ao modo como o neoliberalismo potencializa a questão da patologização, mostrando o crescimento do debate sobre como o sofrimento psíquico tem sido compreendido e tratado nas sociedades ocidentais, especialmente sob a lógica neoliberal (Han, 2022). Ao mesmo tempo em que os discursos sobre saúde mental se popularizam, há uma tendência preocupante de patologizar formas comuns de sofrimento humano, descontextualizando-as de seus determinantes sociais, econômicos e políticos. Essa dinâmica está profundamente entrelaçada com os valores e exigências do neoliberalismo.

O segundo tópico, denominado *Redes Sociais na Juventude*, aborda a utilização massiva do Instagram, Tiktok e twitter e aponta seus efeitos na juventude feminina. Paula Sibilia, pesquisadora argentina, investiga, em *Show do eu: intimidade como espetáculo*, que o que antes era considerado parte da vida privada, passou a ser exibido publicamente nas redes sociais e *reality shows*. Sibilia (2015) fala que vivemos uma “era da exibição de si”. São blogs, stories e selfies feitas para performar por atenção e visibilidade, o que antes era realizado nos diários pessoais dos indivíduos, que primavam pelo silêncio.

E exposição digital, como a autora denomina, atinge as mulheres. As redes sociais acabam funcionando como “[...] palcos de performatividade de gênero, onde as mulheres são frequentemente incentivadas a exibir padrões normativos de feminilidade, beleza e comportamento emocional, especialmente em plataformas como o Instagram” (Sibilia, 2015, p. 34).

No terceiro tópico, *Do normal ao anormal: Patologização dos comportamentos das juventudes femininas nas redes sociais*, é abordada a literatura que versa sobre a anormalidade, entendida como sinônimo de patologia mental ou social. Para problematizar a patologização do comportamento de mulheres nas redes sociais, é

essencial diferenciar o que é comportamento normal (parte do cotidiano, cultura, influência social), do que é uma anomalia que justifica um diagnóstico médico ou psicológico. Para isso, utilizamos como aporte os estudos de Michel Foucault (2001), problematizando as atitudes que podem ser interpretadas como transtorno e/ou anormalidade, reforçando a patologização das mulheres jovens nas redes sociais.

2. DO LIKE AO LAUDO: ENTRE REDES SOCIAIS E PATOLOGIZAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

O sofrimento psíquico, antes visto como parte das experiências humanas ou como resposta a contextos sociais adversos, é cada vez mais convertido em diagnóstico clínico. Gostaríamos de destacar, neste estudo, que não temos a pretensão de dizer que não devam existir diagnósticos, mas que há um uso inflacionado e descontextualizado de laudos, muitas vezes feitos como modo de lidar com desconfortos que são estruturais. Por exemplo: a discussão da escala 6x1, em pauta atualmente no Brasil. A precariedade ou condições estressantes do trabalho podem gerar sintomas depressivos. O que ocorre? O tratamento é individualizado, mas não é feita uma maior discussão sobre as causas desses sintomas. Assim, o problema vira do sujeito, não da estrutura.

2.1 NEOLIBERALISMO, PATOLOGIZAÇÃO E SOFRIMENTO PSÍQUICO: UMA CRÍTICA CONTEMPORÂNEA

Essa sessão analisa a relação entre sofrimento psíquico, neoliberalismo e modos de subjetivação patológica a partir da produção discursiva sobre a divulgação de ferramentas, dicas, opiniões, depoimentos e narrativas sobre os diagnósticos de mulheres adolescentes em redes sociais. Para isso, busca evidenciar as bases discursivas que constituem os diagnósticos em um processo de patologização da vida, tensionando como os discursos médicos atravessam as redes sociais.

O neoliberalismo é mais do que uma política econômica, pois ele estrutura subjetividades. O sujeito ideal nesse modelo é autônomo, empreendedor de si, responsável individual por seu sucesso ou fracasso. Isso gera uma pressão constante por desempenho, autoaperfeiçoamento e competitividade (Dardot; Laval, 2016). Nesse contexto, sentimentos como ansiedade, exaustão, insegurança, tristeza ou fracasso passam a ser interpretados como falhas individuais. A estrutura social, como a desigualdade, a precariedade e a exclusão, por exemplo, é invisibilizada. A mensagem é clara: se você não está bem, a culpa é sua.

Desse modo, o neoliberalismo é uma racionalidade que reconfigura o sofrimento psíquico ao transformá-lo em objeto individual de intervenção. A partir de

uma racionalidade que valoriza o desempenho, mulheres jovens são moldadas, intensificando a responsabilização individual e patologizando experiências existenciais complexas (Relher; Chaves; Teodoro, 2023). Nesse contexto, “[...] a saúde mental é guiada por explicações neurobiológicas isoladas do tecido social, reforçadas por “neuroculturas” que legitimam o tratamento técnico e despolitizado do sofrimento psíquico (Reigada; Maximino, 2024, p. 12).

Além disso, o neoliberalismo funciona como uma máquina de gestão do sofrimento. Nele, normas psicológicas e morais justificam inúmeros tipos de intervenção sobre os sujeitos (Dunker; Safatle; Da Silva Jr., 2020). Essa lógica é evidente nas redes sociais, que fortalece o discurso de uma mulher jovem que precisa estar sempre bem, sempre bonita e motivada. Os discursos das redes sociais, nesse sentido, transformam certas condutas em norma, o que abre espaço para a patologização como uma solução para desafios que são, antes de tudo, políticos e sociais (Han, como sendo a norma, o que abre espaço para patologização como uma solução para desafios que são, antes de tudo, políticos e sociais (Han; 2022). A racionalidade neoliberal desloca a atenção do coletivo para o indivíduo, reforçando a responsabilização subjetiva (Reigada; Maximino, 2024). Nossa crítica vai no sentido de denunciar as desigualdades estruturais como centro do sofrimento psíquico.

2.2 REDES SOCIAIS NA JUVENTUDE: O QUE PODEMOS FALAR SOBRE ISSO?

O Twitter, criado entre 2006 e 2008, é uma rede social e um serviço de microblog para comunicação em tempo real usado por milhões de pessoas e organizações. Usuários do Twitter ficam interconectados ao publicar atualizações ao site, conhecidas como “Tweets”, para compartilhar e trocar informações.

Já o Instagram pode ser definido como uma rede social digital gratuita voltada principalmente para o compartilhamento de imagens, vídeos curtos e histórias, cuja dinâmica favorece a construção de identidades visuais e interações rápidas entre os usuários, como curtidas, comentários e mensagens diretas. Para Recuero (2020, p 29), o “instagram é uma plataforma de rede social baseada na imagem, que permite aos usuários produzir, compartilhar e interagir com fotografias e vídeos, funcionando como um espaço de construção de si e de sociabilidade mediada por algoritmos”.

Cada rede social possui, para Calixto e Ribeiro (2018), seu próprio modo de funcionamento e engajamento. “Enquanto o Facebook privilegia vínculos sociais já estabelecidos e conteúdos mais extensos, o Instagram valoriza a estética e a performance visual, e o Twitter enfatiza a instantaneidade e a opinião” (Ribeiro; Calixto, 2018, p. 20). Tal aspecto ajuda a refletir sobre como diferentes redes moldam a comunicação e a construção de sentidos de maneiras distintas.

Paula Sibilia (2015) investiga, em sua obra *Show do eu: a intimidade como espetáculo*, que a vida privada passou a ser exibida publicamente nas redes sociais. A autora chama de “era da exibição de si” a era na qual vivemos, onde sujeitos lutam por visibilidade. Para a autora, as redes sociais funcionam “[...] como palcos de performatividade de gênero, onde as mulheres são frequentemente incentivadas a exibir padrões normativos de feminilidade, beleza e comportamento emocional, especialmente em plataformas como o Instagram” (Sibilia, 2015, p. 34)

Sibilia (2015) ainda destaca que os afetos e interações que ocorrem nas redes sociais mostram de modo desigual diferentes sentimentos. Para Ribeiro e Calixto (2018), em *Dinâmicas de visibilidade nas redes sociais digitais*, determinadas plataformas reforçam os estereótipos e normatividades de gênero. O Instagram por exemplo, reforça a estetização da vida e o controle emocional dos sujeitos. Já o Twitter oferece maior espaço para o debate discursivo, sendo duas plataformas utilizadas de modo distinto pelo público feminino.

Segundo Souza e Cunha (2019) em artigo intitulado *Impacto do uso das redes virtuais na saúde mental dos adolescentes: uma revisão sistemática da literatura*, os autores discorrem sobre a quantidade de adolescentes que utilizam as redes sociais na atualidade. O número de pessoas com acesso à internet, em 2019, chegou a 116 milhões no Brasil e, com isso, os problemas ocasionados pelo uso excessivo das redes cresceram na mesma intensidade. Os autores afirmam que, ainda que a tecnologia e as redes sociais tenham auxiliado diferentes instituições, sabe-se que sua utilização desmedida tem afetado a saúde mental dos usuários. Assim, profissionais afirmam a existência de relação entre a crescente onda de ansiedade e depressão e as redes sociais, consideradas uma “grande vitrine” que apresenta “vidas perfeitas” (Souza; Cunha, 2016, p. 10).

Silva (2016) ressalta que, na contemporaneidade, as redes sociais tornaram-se uma extensão significativa da vida cotidiana. No caso dos jovens, o autor observa

que o uso dessas plataformas pode evoluir para uma forma de dependência, uma vez que nelas são realizados pré-julgamentos, estabelecidos e exibidos relacionamentos e o perfil pessoal permanece público. As interações dos adolescentes frequentemente têm como objetivo a visibilidade, a obtenção de curtidas e o aumento do número de seguidores, o que pode gerar níveis elevados de ansiedade, estresse e busca por validação social (Silva; 2016). O uso demasiado das redes sociais revela um ambiente onde jovens agridem pessoas com ideias e culturas diferentes das suas (Pulcino, 2024).

2.3 DO NORMAL AO ANORMAL: PATOLOGIZAÇÃO DOS COMPORTAMENTOS DAS JUVENTUDES FEMININAS NAS REDES SOCIAIS

O critério definidor do que é normal e anormal é complexo. A anormalidade, muitas vezes, é compreendida como sinônimo de *patologia* mental ou social. Para Motta (2022, p. 64), “[...] os processos de diferenciação acabam por significar e ressignificar, ao longo da história, o que vai ser alocado como outro binarismo que atravessa corpos singulares e coletivos; o que vai ser chamado de normal/anormal [...]”. Essa diferença se constitui em um processo de autoafirmação do outro, que pode, ou não, resistir à violência que é gerada sobre si a partir de uma identidade que deveria ser ‘normal’. Assim, a norma se impõe a uma determinada realidade; ela racionaliza essa realidade.

A norma, ou o ser normal, reprime e produz um novo estado de coisas. A norma cria um estado de que o sujeito ‘deve ser’ determinada coisa (Foucault, 2001). Só conseguimos, desse modo, dizer que existe uma patologia por existir um estado considerado normal do ser humano. A diferença somente existe em relação a algo ou alguma coisa. A patologização é um processo que visa transformar questões que não são médicas, de origem social e política, em questões médicas. Trata-se de uma tentativa de encontrar, no meio médico, uma causa e solução para determinado problema. Desse modo, ela ocorre segundo uma concepção médica, privilegiando a abordagem biológica e organicista (Foucault, 2001).

Um exemplo da medicalização na sociedade diz respeito ao modo como ela ocorre para abanar certas questões sociais e constituir o processo saúde-doença, que é determinado pela inserção social do indivíduo, transformando-o em problema

médico. Tal abordagem vem crescendo nas sociedades sociais e representa a pura biologização de conflitos sociais.

Sobre sua difusão, a biologização da sociedade só consegue se difundir rapidamente por trazer a ideologia que permeia o sistema preconceituoso que opera em cada sujeito. Se infiltra no "bom senso" e "senso comum", termos usualmente empregados para nomear esse sistema preconceituoso. A medicalização era feita exclusivamente por médicos, por isso medicalização. Com o desenvolvimento de novas áreas, outros profissionais começaram a se envolver nesse processo. Daí a substituição do termo medicalização por patologização (Moyses; Collares, 2015).

Patologizar o sofrimento também pode ser uma forma de despolitizar experiências legítimas de angústia diante de um mundo excludente. Jovens frustrados, trabalhadores exaustos, pessoas radicalizadas ou marginalizadas que expressam dor podem ser facilmente rotuladas como "problemáticas", quando, na verdade, estão reagindo a condições violentas. Ou seja: transformamos dor em diagnóstico em vez de pergunta. Isso impede que o sofrimento se torne uma força crítica, que questione o sistema que o produz.

3 DOS CAMINHOS DA PESQUISA

Para atender o objetivo da pesquisa, a saber, problematizar os discursos sobre a patologização das mulheres nas redes sociais, será realizada uma etnografia digital nas redes sociais *Instagram*, *Tik Tok* e *Twitter*. A etnografia digital pode ser definida como uma prática metodológica que busca compreender as “[...] interações mediadas por tecnologias digitais, incorporando a observação participante e o engajamento reflexivo em ambientes virtuais, com o objetivo de produzir conhecimento sobre os significados, valores e práticas dos sujeitos nesses espaços” (Hine, 2004, p. 10). Além disso, ressaltamos que o digital não é apenas visto como um meio de comunicação, por sinal muito utilizado por mulheres na atualidade, mas também um campo social próprio, com regras, linguagem, símbolos e modos de vida que precisam ser compreendidos em seus próprios termos.

Miller e Slater (2004) ainda mostram que o ambiente online não deve ser visto como separado do offline, mas como uma extensão da vida social, onde os contextos digitais estão profundamente imbricados com o mundo físico. Desse modo, a etnografia digital será realizada entre os meses de julho e agosto, em que serão coletados materiais sobre os discursos de patologização das mulheres nas plataformas digitais mencionadas. As contas investigadas serão públicas, e os discursos serão buscados utilizando *hashtags* como saúde mental, patologização, mulheres. O acompanhamento das postagens será diário, e serão considerados vídeos, legendas, textos, imagens, postagens, comentários e respostas que versam sobre a temática.

Os registros serão printados e organizados em nosso diário de campo, preservando a identidade do público que está sendo observado. A respeito da organização do material, para posterior análise, ressaltamos que o objetivo consiste em transformar um volume complexo e heterogêneo de dados (posts, imagens, vídeos, comentários etc.) em categorias interpretativas capazes de responder ao problema de pesquisa.

Desse modo, após uma análise e categorização do material coletado, a etnografia digital consiste em codificar os materiais e buscar, através dos dados, categorias que emergem conforme observamos a repetição de temas, símbolos, expressões e comportamentos.

Os materiais utilizados serão os celulares das próprias pesquisadoras, que possuem acesso livre à internet. Materiais como computadores para pesquisa, artigos impressos, folhas, papel e rascunhos serão disponibilizados pelo Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Uberlândia (Cap/UFU). A pesquisa não conta com financiamento. As pesquisadoras do projeto são estudantes do nono ano do Ensino Fundamental do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Uberlândia (Cap/UFU), estudante da 3ª série do Ensino Médio de uma Escola Estadual de Uberlândia, estudante da 1ª série do Ensino Médio de uma escola privada de Uberlândia. Todas as pesquisadoras integram o Grupo de Estudos, Pesquisas e Inovações Tecnológicas (GEPIT).

Segue quadro, produzido pelas pesquisadoras, para organização do material de análise:

Quadro 1 - Material para análise

Data	Código	Rede Social	Imagem (print)	Consideração
11/07/2025 18:26 PM	https://www.instagram.com/reel/DE6R5lqR3vi/?igsh=MWtxNzBiMHFjZGUw	Integram		Ao analisar um vídeo, no instagram, sobre autismo causar enxaqueca, os comentários são de pura banalização sobre o problema relatado. Outros prints relacionados a este vídeo seguem no arquivo.

Fonte: elaborado pelas pesquisadoras.

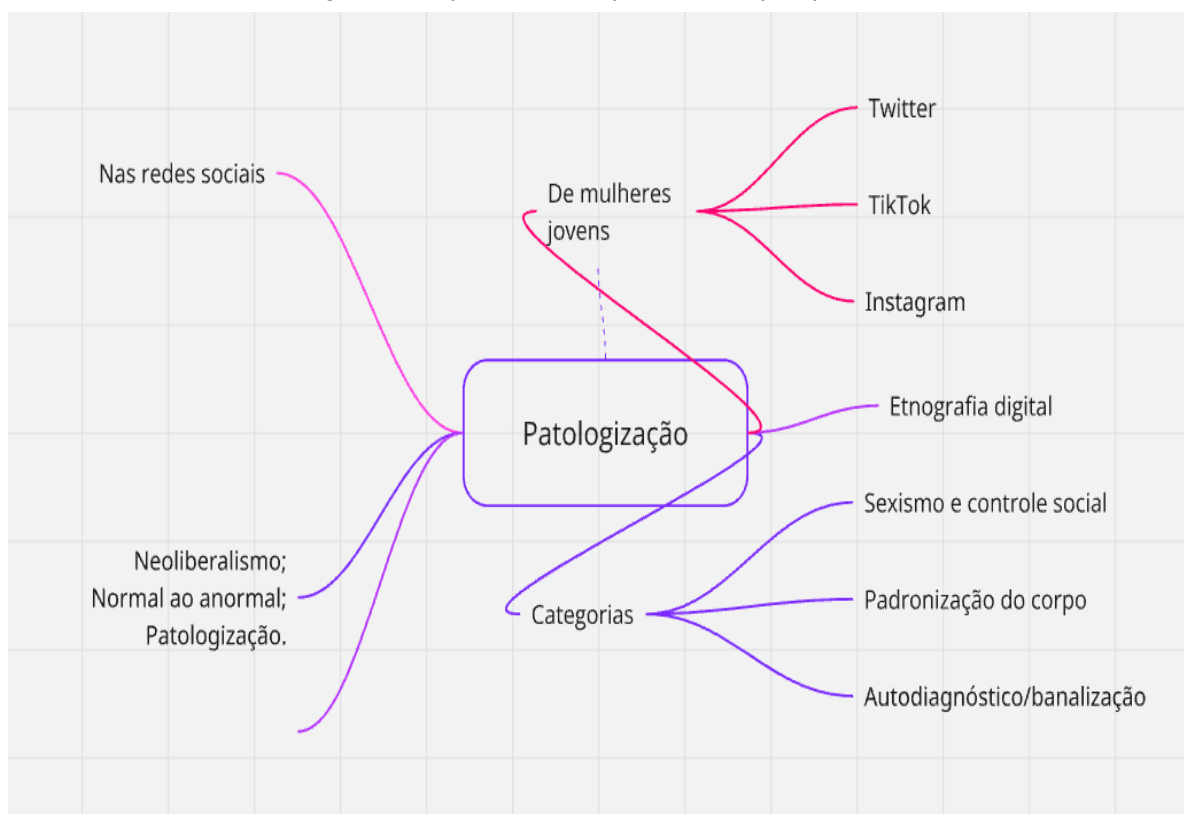
Além da etnografia digital, como material complementar, será realizada uma entrevista com uma psicóloga da Universidade Federal de Uberlândia, autora da obra *Patologização no ambiente escolar*. Serão realizadas as seguintes perguntas à professora:

- 1- Como você percebe o processo de patologização na sociedade contemporânea?
- 2- Como o gênero interfere na forma em que as mulheres são patologizadas?
- 3- Você acha que o processo de patologização se acentua nas redes sociais?

- 4- Quais alternativas você enxerga para acolher o sofrimento das mulheres sem reduzi-las a rótulos diagnósticos?
- 5- Quais os aspectos éticos, se existem da crescente onda dos profissionais de saúde nas redes sociais e de que modo eles potencializam a crescente onda de diagnósticos das mulheres jovens na atualidade
- 6- Como a sociedade neoliberal contribui com o discurso de anormalidade e, consequentemente, na patologização daqueles indivíduos que fogem do padrão esperado?
- 7- Você acha que essa busca pela patologização vem de um ideal feminino de perfeição a ser alcançado?

Desse modo, foi realizado o seguinte mapa mental para mostrar o caminho metodológico percorrido para a realização desta pesquisa:

Figura 1: Mapa mental do percurso da pesquisa



Fonte: Mapa mental produzido no CmapTools

Foram encontradas, em nossa pesquisa, quatro categorias analíticas, a saber, Autodiagnóstico, Banalização do Diagnóstico, Padronização do Corpo e Sexismo e Controle Social. Como estamos no início da análise, apenas duas serão abordadas até o momento, de modo incipiente.

4 DOS ACHADOS DA PESQUISA

4.1 O AUTODIAGNÓSTICO

O autodiagnóstico pode ser compreendido como um processo pelo qual o indivíduo, grupo ou organização, realiza uma avaliação de sua situação, condições ou desempenho com base em critérios previamente estabelecidos. Ele é usado em diferentes áreas, como saúde, educação, psicologia, administração e gestão da qualidade (Brasil, 2019; WHO, 2021).

Com o avanço das tecnologias, principalmente a popularização das redes sociais, plataformas como o Instagram, o Tiktok e o Twitter, por exemplo, passaram a ser utilizadas como espaço de divulgação de médicos. Nesse contexto, cresce o número de pessoas que recorrem a essas mídias para realizar autodiagnóstico, principalmente no que diz respeito à saúde mental e transtornos possíveis. Ainda sobre os motivos que levam a população a buscar diagnósticos rápidos na internet, uma delas é a necessidade de entender e justificar sua vida.

Para a população, que vive em um mundo acelerado e deseja tudo para logo, embora o acesso rápido possa parecer vantajoso, essa prática envolve riscos, como desinformação e fakenews, pois os conteúdos sem evidência científica podem induzir a diagnósticos incorretos e tratamentos ineficazes (Ventola, 2014). Os motivos pelos quais os indivíduos buscam se diagnosticar são inúmeros, envolvendo atraso na busca por atendimento profissional e a confiança excessiva em informações obtidas online, o que pode levar à negligência de sintomas críticos.

Segundo o Ministério da Saúde (2019), além do autodiagnóstico, a automedicação é muito perigosa. Ao seguir recomendações compartilhadas em redes sociais, há risco de uso inadequado de medicamentos, intoxicações e resistência antimicrobiana. Além disso, mulheres jovens, nas redes sociais, são expostas à manipulação comercial: influenciadores podem indicar tratamentos, dietas ou produtos sem comprovação, priorizando interesses financeiros em detrimento da saúde.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2021), todas as informações que envolvem saúde e estão na internet devem ser interpretadas com muito cuidado, sendo fundamental a mediação de profissionais qualificados. A

confiança excessiva em redes sociais para autodiagnóstico pode comprometer o cuidado adequado e gerar impactos negativos à saúde coletiva (Bansal et al., 2020).

Segundo vídeo de Alan Mocellim, psicólogo e sociólogo da UFBA, retirado em youtube, acesso em agosto de 2025, a cultura do autodiagnóstico teve início no Orkut com a popularização da depressão e ansiedade, que começou com pessoas relatando seus sintomas e gerando identificações. Posteriormente, essas identificações resultaram na repetição de comportamento a fim de se encaixar em grupos, fator que pode ser relacionado com o *Fear of missing out* (FOMO) ou medo de ficar de fora. A principal problemática que envolve o autodiagnóstico é a falta de conhecimento aprofundado dos adolescentes no assunto. Não somos mais seres complexos, multifacetados e atravessados pela subjetividade. Somos ansiosas, depressivas, desligadas devido a um possível TDAH.

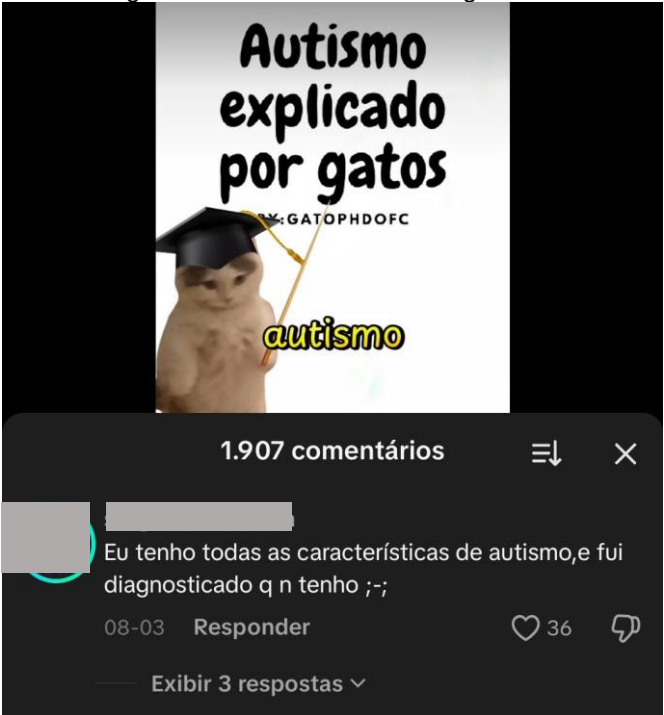
Nessa direção, apresentamos alguns prints de que podem retratar essa questão:

Figura 2 - Prints sobre autodiagnóstico



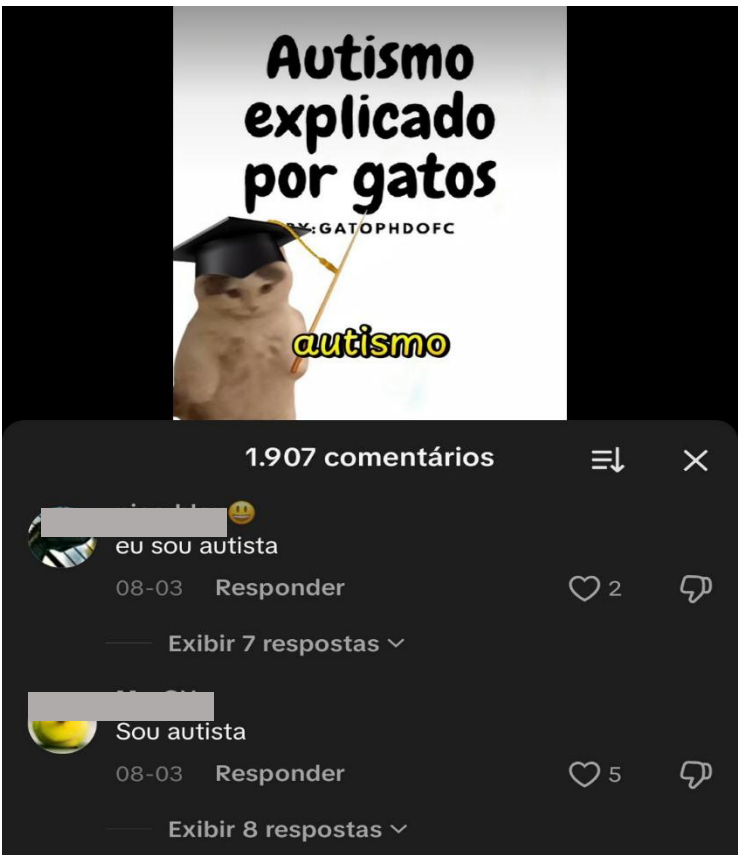
Fonte: Printado pelas pesquisadoras

Figura 3 - Prints sobre autodiagnóstico



Fonte: Printado pelas pesquisadoras

Figura 4 - Prints sobre autodiagnóstico



Fonte: Printado pelas pesquisadoras

No primeiro print da figura 2, temos uma lista de características que podem estar relacionadas a altas habilidades. Na figura 3, as características do vídeo do autismo explicado por gatos são analisadas por um seguidor, que desconfia por não ter recebido laudo, já que possui todas essas características. Na figura 4, uma série de usuárias se define como autistas. Contudo, sem o devido conhecimento do assunto, mulheres jovens podem interpretar esses possíveis sinais como um diagnóstico. Isso nos faz voltar ao ponto de Mocellin (2025), quando o autor diz que o autodiagnóstico está relacionado a pouco conhecimento sobre os espectros das neurodivergências no ponto de Mocellin (2025), quando o autor diz que o autodiagnóstico está relacionado a pouco conhecimento sobre os espectros das neurodivergências e outras questões, e análises rasas de características que não necessariamente indicam um diagnóstico. Isso relaciona tais identificações a uma interpretação errônea e potencializa a busca pela medicalização ou verbalização de um transtorno não existente, banalizando as vivências dos que lidam, de fato, com a patologia ao ponto de Mocellin (2025), quando o autor diz que o autodiagnóstico está relacionado a pouco conhecimento sobre os espectros das neurodivergências.

4.2 A BANALIZAÇÃO DOS DIAGNÓSTICOS

Conforme reportagem do jornal O globo, de abril de 2025, intitulada *Daqui a pouco, todo mundo vai ser autista ou ter déficit de atenção*, a psiquiatra Juliana Belo Diniz alerta sobre excesso de diagnósticos e sobre a popularização do debate sobre saúde mental.

Sobre a banalização, entendemos essa a partir dos estudos de Hannah Arendt (2001), como algo que ocorre quando atos violentos ou desumanos são executados de forma rotineira, sem reflexão ética, tornando-se banais. O perigo da banalização está no fato de que sociedades burocratizadas e excessivamente obedientes podem transformar atrocidades em práticas normais sem responsabilizar os sujeitos sobre isso. Isso alerta para a necessidade de problematização, pensamento crítico e ética diante de normas ou ordens injustas.

De acordo com a Rádio da Universidade de São Paulo (USP), em entrevista com a professora do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP), Valéria Barbieri, banalizar

transtornos mentais é tratar como comuns as experiências vividas por pessoas com esses transtornos, como associar qualquer estado de tristeza, mesmo que momentânea, à depressão ou alguma situação que cause ansiedade e a sociedade entender como transtorno de ansiedade. A necessidade coletiva de estar sempre bem e a busca constante por soluções rápidas transformam um sentimento natural, como tristeza ou nervosismo, em uma busca constante pela sua erradicação.

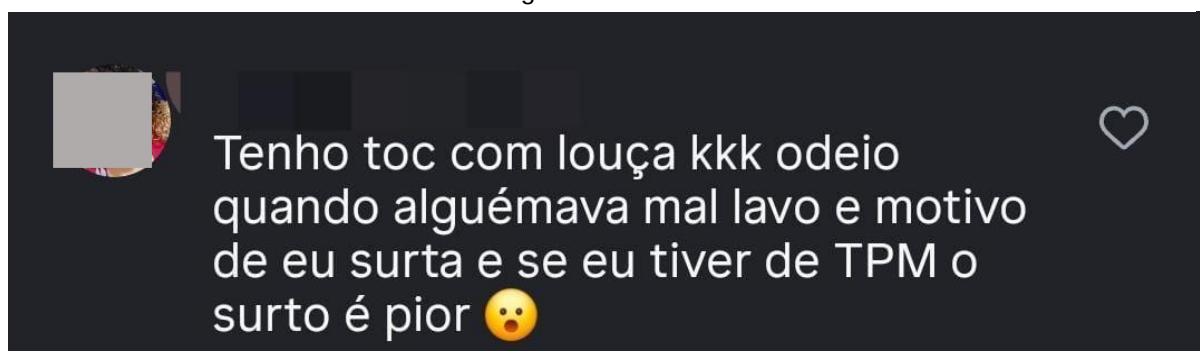
A banalização do diagnóstico ocorre quando diagnósticos de condições de saúde mental são usados de forma superficial e trivial, como dizer "deprimido" por estar triste ou "ansioso" por estar apreensivo com um evento. Isso esvazia o significado real desses transtornos, dificulta a busca por tratamento adequado e pode levar ao isolamento daqueles que realmente sofrem, conforme a psicóloga Valéria Barbieri. As redes sociais e a falta de profissionais qualificados aprofundam esse problema, que pode ser combatido com informações confiáveis e diagnósticos precisos feitos por profissionais de saúde. Nas redes sociais, por exemplo, temos casos de como os diagnósticos são fáceis de serem dados, podendo durar apenas um minuto, conforme Figura 5:

Figura 5 - Figura encontrada no instagram



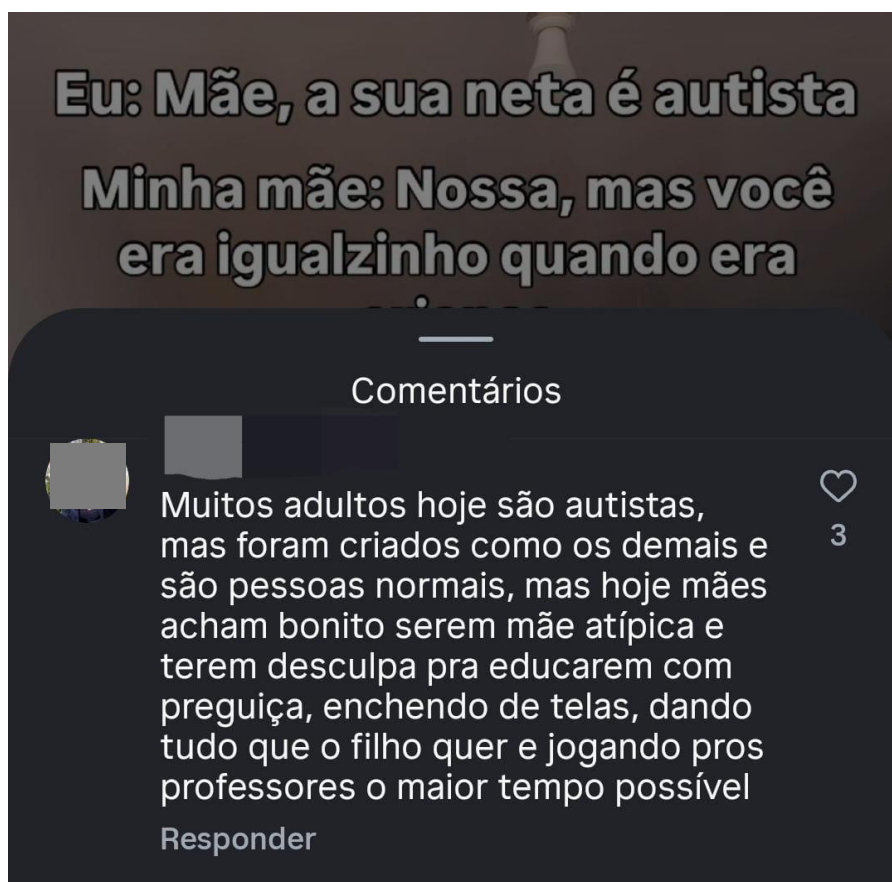
Fonte: Printado pelas pesquisadoras

Figura 6 - Prints



Fonte: Printado pelas pesquisadoras.

Figura 7 - Prints



Fonte: Printado pelas pesquisadoras.

No vídeo da figura 5, é possível ver um coach fazendo diagnóstico em apenas um minuto, o que leva a uma banalização. Mulheres mais fragilizadas podem se identificar com algum sintoma, em determinado dia, e se autodiagnosticar com algum transtorno. Isso leva à banalização do diagnóstico, que está ligado ao autodiagnóstico. Já na figura 6, o comentário mostra como o Transtorno-Obsessivo-Compulsivo (TOC) é banalizado no discurso cotidiano, transformando uma condição clínica séria em uma mania ou exagero, reforçando o estigma e a desinformação sobre a saúde mental.

Na figura 7, foi observado que, em um vídeo, o autismo é frequentemente relacionado como uma anormalidade, reforçando a hipótese de que a sociedade contemporânea define o que é considerado normal ou anormal (Foucault, 2001). Esse comentário é de um vídeo que mostra uma lista de características que podem estar relacionadas ao autismo.

Transpondo a reflexão da banalização do diagnóstico para o campo da saúde, observa-se, nas redes sociais, um processo de banalização dos diagnósticos. Plataformas como Instagram e TikTok, principalmente, apresentam conteúdos médicos simplificados, produzidos principalmente por pessoas sem formação na área. Sintomas complexos são reduzidos a descrições superficiais, levando usuários a se classificarem como doentes de modo muito rápido com base em informações incompletas ou equivocadas. A prática de atribuir doenças a si mesmo, ou a outros, a partir de vídeos ou postagens, transforma o diagnóstico em algo banal, cotidiano, desprovido de rigor científico. Além disso, ao aceitar passivamente conteúdos circulantes nas redes, os indivíduos deixam de questionar a validade das informações, reproduzindo-as e contribuindo para sua naturalização.

5. CRONOGRAMA

Segue cronograma relativo ao ano de 2025:

Quadro 2 - Cronograma do ano de 2025

Etapa	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Definição do tema	X	X								
Encontros em grupo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Pesquisa bibliográfica		X	X	X	X					
Leituras e estudo de textos e artigos		X	X	X	X	X	X			
Seleção dos materiais nas redes sociais						X	X			
Submissão/inscrição em eventos					X	X	X	X	X	
Início da análise							X	X	X	X
Apresentação na feira								X	X	X

Fonte: Elaborado pelas autoras

O cronograma do ano de 2026 ainda será elaborado com as pesquisadoras junto com sua orientadora, mas consiste em promover ações de extensão em escolas da região de Uberlândia, direcionadas a mulheres jovens, utilizando com foco no cuidado de si como prática ético-política, visando construir uma relação mais consciente com o autocuidado e a saúde mental.

Entendemos tal objetivo específico como outra etapa do projeto, que precisará de maior estudo, aprofundamento e parceria com profissionais da saúde, preferencialmente psicólogos.

6 RESULTADOS ESPERADOS E PRÓXIMOS PASSOS

A pesquisa, que se encontra em andamento, tem como impacto a ampliação do debate acadêmico sobre a patologização dos comportamentos femininos, especialmente no contexto das redes sociais e da juventude, dialogando com áreas como Psicologia, Sociologia, Estudos de Gênero e Comunicação; comportamentos femininos, especialmente no contexto das redes sociais e da juventude, dialogando com áreas como Psicologia, Sociologia, Estudos de Gênero e Comunicação. A realização de uma etnografia digital pode estimular o uso de metodologias inovadoras para análise de comportamentos nas mídias sociais.

Um dos resultados esperados consiste na contribuição do projeto para desnaturalizar o discurso médico-psicológico, que rotula como "doentes" certos comportamentos que fazem parte das formas de expressão e construção de identidade das jovens mulheres na contemporaneidade. Ao problematizar como o sofrimento psíquico é tratado nas redes sociais, o projeto pode contribuir para uma discussão mais ética e crítica sobre saúde mental, gênero e juventudes femininas. Outro efeito consiste em um impacto prático, no sentido de propor o cuidado de si como prática ético-política, visando promover o autoconhecimento e a construção de uma relação mais consciente com o autocuidado e a saúde mental. Tais resultados convergem para a construção de um conhecimento solidário, crítico e orientado à prática, capaz de desconstruir estigmas, reforçar a saúde mental e o cuidado ético de si das mulheres jovens.

A partir dessa perspectiva, é possível refletir sobre como os discursos contemporâneos nas plataformas digitais produzem um campo de visibilidade que, ao mesmo tempo que oferece espaço de expressão, também reproduz mecanismos de controle e julgamento moral. A fronteira entre o "normal" e o "anormal" torna-se, então, uma construção discursiva que serve a interesses sociais e culturais, mais do que a critérios puramente clínicos.

É papel acadêmico, social e profissional oferecer distinções mais conscientes, objetivas e empáticas ao público jovem feminino, respeitando os limites entre o normal vivido e o anormal que precisa de atenção clínica. Percebemos, até o momento, que cada vez mais experiências comuns são tratadas no cotidiano com o nome de diagnósticos. Exemplo: não falamos que estamos tristes, mas que estamos

deprimidos. Não afirmamos estar felizes, mas maníacos. Variação de humor? Aí já somos bipolares. As redes sociais são um solo fértil para perpetuar esses discursos.

Vale apontar, ainda, que o projeto está em andamento e será posteriormente submetido à análise do Comitê de Ética para a realização da ação de extensão nas escolas de Uberlândia. Por ora, optamos pela supressão dos nomes dos usuários nos registros como medida de proteção à identidade e privacidade dos participantes.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- BANSAL, G.; PONNIAH, V.; JONES, J. Social media and self-diagnosis: The impact on healthcare decisions. **Journal of Medical Internet Research**, v. 22, n. 6, e18044, 2020
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Automedicação e uso racional de medicamentos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/saude>. Acesso em: 28 set. 2025.
- CETIC.br; NIC.br. **TIC Kids Online Brasil**: pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil – 2022. São Paulo: Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.br), 29 ago. 2023. Disponível em: cetic.br/pt/pesquisa/kids-online. Acesso em [data de hoje].
- CHAVES, W. C.; TEODORO, E. F. Gramática do Sofrimento Psíquico: Uma Leitura Psicanalítica do Sujeito na Ordem Neoliberal. **Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia**, Belo Horizonte, v. 9, n. 18, p. 263-283, 2024.
- CRESWICK, H.; NORTH, M.; WILSON, R. Youth perspectives on digital wellbeing: A qualitative study. In: **Proceedings of the 31st Australian Conference on Human-Computer Interaction**, 2019. p. 195–204.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUNKER, C.; KEHL, M. R.; COSTA, J. F. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- FOUCAULT, M. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- HAN, B. C. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2022.
- HINE, C. **Etnografia Virtual**. Barcelona: Editorial UOC, 2004. Disponível em: <http://ethnographymatters.net/blog/2013/11/29/christine-hine-on-virtual-ethnography-e3-internet/>. Acesso em: 23 maio 2025.
- INSTITUTO CACTUS; ATLASINTEL. **Panorama da Saúde Mental**: 3ª coleta, 1º semestre de 2024. São Paulo: Instituto Cactus; AtlasIntel, 06 nov. 2024.
- MILLER, D.; SLATER, D. **The Internet**: An Ethnographic Approach. Oxford: Berg, 2004.

MOTTA, J. I. J. Sociedade, fobias e diferenças. **Saúde em Debate**, v. 46, n. 4, set., 2025, p. 60-65.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. Controle e medicalização da infância. Desidades. **Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 17-27, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/2456>. Acesso em: 28 out. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 01 set. 2025.

PULCINO, R. Do ódio à violência: como a análise dos discursos de ódio pode contribuir para a reflexão sobre as violências escolares. **Imagens da Educação**, Maringá, v. 14, n. 2, p. 143-156, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/75113>. Acesso em: 20 set. 2025.

REIGADA, C. L. de L.; MAXIMINO, C. Saúde mental, neuroculturas, e racionalidade neoliberal. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 27, p. e78350, 2024. <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/78350>

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2020.

RIBEIRO, F. N.; CALIXTO, C. Dinâmicas de visibilidade nas redes sociais digitais. In: FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; Amaral, A. (orgs.). **Métodos de pesquisa para internet**. Sulina, 2018.

SAFATLE, V.; JÚNIOR, N. da S.; DUNKER, C. (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. São Paulo: Autêntica, 2020.

SIBILIA, P. **O show do eu: A intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SOUZA, K.; DA CUNHA, M. X. C. Impactos do uso das redes sociais virtuais na saúde mental dos adolescentes: uma revisão sistemática da literatura: una revisión sistemática de la literatura. **Revista Educação, Psicologia e Interfaces**, Buenos Aires, v. 3, n. 3, p. 204-2017, 2019.

VENTOLA, C. L. Social media and health care professionals: benefits, risks, and best practices. **Pharmacy and Therapeutics**, v. 39, n. 7, p. 491–520, 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Self-care interventions for health: a consolidated guideline**. Geneva: WHO, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240030909>. Acesso em: 28 set. 2025.